ISCTE IUL
REPOSITÓRIO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:
2026-09-09

Deposited version:
Accepted Version

Peer-review status of attached file:
Peer-reviewed

Citation for published item:
Baptista, V. & Alves, P. M. (2025). Decolonizar e genderizar a História no ensino secundário. In Ana Luísa Costa, Angélica Monteiro, Carla Figueiredo, Dalila Pinto Coelho, Elsa Teixeira, Helder Ferraz, Isabel Menezes, Joana Manarte, João Caramelo, Maria Figueiredo, Marta Sampaio, Norberto Ribeiro, Paulo Marinho, Pedro Ferreira, Rita Tavares de Sousa, (Ed.), Atas do XVII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (pp. 280?287). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

Further information on publisher's website:
https://congresso-spce.eventqualia.net/pt/2024/inicio/

Publisher's copyright statement:
This is the peer reviewed version of the following article: Baptista, V. & Alves, P. M. (2025). Decolonizar e genderizar a História no ensino secundário. In Ana Luísa Costa, Angélica Monteiro, Carla Figueiredo, Dalila Pinto Coelho, Elsa Teixeira, Helder Ferraz, Isabel Menezes, Joana Manarte, João Caramelo, Maria Figueiredo, Marta Sampaio, Norberto Ribeiro, Paulo Marinho, Pedro Ferreira, Rita Tavares de Sousa, (Ed.), Atas do XVII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (pp. 280?287). Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0
The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Serviços de Informação e Documentação, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Av. das Forças Armadas, Edifício II, 1649-026 Lisboa Portugal
Phone: +(351) 217 903 024 | e-mail: administrador.repositorio@iscte-iul.pt
https://repositorio.iscte-iul.pt

DECOLONIZAR E GENDERIZAR A HISTÓRIA NO ENSINO SECUNDÁRIO

Virgínia Baptista[1], Paulo Marques Alves [2]

[1] *HTC-NOVA FCSH-CEF-UC (Portugal)*, vbaptista@fcsh.unl.pt
[2] *ISCTE-IUL e DINÂMIA'CET-ISCTE (PORTUGAL)*, paulo.alves@iscte-iul

Resumo

Neste texto pretendemos refletir sobre o atual ensino da disciplina de História A, no secundário. Partimos dos principais documentos orientadores emanados do Ministério da Educação, Ciência e Inovação que apontam como meta para um pensamento reflexivo e crítico, preparando os/as estudantes para uma cidadania ativa, integral e inclusiva. Assim, questionamos: Que história se ensina? Que história se deveria ensinar na segunda década do século XXI? Será que os programas e manuais escolares refletem a historiografia atual e num mundo em mudanças? Tendo por base a análise do atual programa da disciplina de história e dos manuais escolares, verificamos que apesar da seleção dos documentos se mantêm representados as tradicionais conceções eurocêntrica e do poder masculino. Será fundamental que os/as estudantes partam de documentos atuais e analisem objetivamente as sociedades nas suas vertentes diacrónica e sincrónica. Para isso, urge a reestruturação de conceções e conceitos integrados nos programas atuais. Só assim a história que se deve ensinar será atual, científica, global, transnacional, dando visibilidade às mulheres e a todos os povos, em igualdade, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: História; genderização, decolonização, inclusão, globalização

Abstract

In this article, we intend to reflect on the current teaching of History A at secondary level. We start with the main guiding documents issued by the Ministry of Education, Science and Innovation, which aim for reflective and critical thinking, preparing students for active, integral and inclusive citizenship. So, we asked ourselves: which kind of History is being taught? Which History should be taught in the second decade of the 21st century? Do school programs and textbooks reflect current historiography in a changing world? Based on an analysis of the current History syllabus and textbooks, we found that despite the selection of documents, traditional Eurocentric and male power conceptions are still represented. It will be essential for students to start from current documents and objectively and analyse societies in their diachronic and synchronic aspects. To this end, there is an urgent need to restructure the concepts integrated into current programs. Only in this way will the History that should be taught be current, scientific, global and transnational, giving visibility to women and all peoples on an equal bases, in line with the Universal Declaration of Human Rights.

Keywords: History, genderisation; decolonisation, inclusion, globalization

1. INTRODUÇÃO

Objetivamente, a História explica o passado, interpreta o presente e prepara o futuro da humanidade. Daí a responsabilidade da historiografia.

Este texto tem por objetivo refletir criticamente sobre os atuais programas de História A no ensino secundário. Começamos por indagar: que História se ensina? Que História pretendemos ensinar? A História é por excelência "a ciência que estuda os homens no tempo" (Bloch, 2010 [1955]), daí a necessidade do rigor científico na sua conceptualização e escrita (Mattoso,1988).

Partimos dos documentos emanados do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia, a "Lei de Bases do Sistema Educativo" e o "Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória", documentos que orientam para uma educação global, crítica e de criatividade, sem exclusões, que simultaneamente encaminhe os/as jovens para uma cidadania ativa após a escolaridade obrigatória aos 18 anos. Por sua vez, as "Aprendizagens Essenciais" da disciplina de História visam objetivos científicos, com base em documentos escritos, iconográficos, mapas, gráficos, que permitam análises com a elaboração de recensões críticas.

Metodologicamente analisámos os manuais do 10.º ao 12.º ano, da Porto Editora, editados entre 2021 e 2023, que se encontram, por ano, divididos em três módulos. Como investigadores/as sociais e professor/a com larga experiência no ensino verificámos que os programas continuam eurocentrados e com uma perspetiva maioritariamente masculina.
Daí colocarmos registos críticos sobre alguns conteúdos, por considerarmos que os conceitos devem ser alvo de reflexão, e apresentamos algumas sugestões para a sua reformulação. Sem novos conceitos, noções ou termos a História ensinada continuará a excluir, invisibilizar e a menorizar a maioria da humanidade – as mulheres e os povos das sociedades não europeias.

2. Por uma História global

A Escola dos Annales foi um marco na historiografia moderna. Fundada nos anos 20 do século XX, por Marc Bloch e Lucien Febvre, permitiu a passagem de uma História política, centrada nos grandes acontecimentos ("histoire événementielle") e nos feitos dos "grandes homens", para uma historiografia que interligava a História com outras Ciências Sociais e outras áreas do conhecimento, como a Economia, a Sociologia, e o estudo das culturas e das mentalidades, ampliando os objetos de estudo para as classes populares, os camponeses, os operários e, posteriormente, as mulheres, a partir dos trabalhos inovadores de Michelle Perrot e Georges Duby.
Tendo em conta o nosso propósito, centrámo-nos nos conceitos de "decolonialismo", introduzido por Peter Ekeh (1983), e de "género", utilizado por Joan W. Scott (1986). Para esta reflexão muito contribuíram os estudos de bell hooks e Angela Davis, com a aplicação do conceito de interseccionalidade articulando o género, a "raça" e a classe para contextualizar e explicar as identidades oprimidas devido à organização da sociedade de classes, pós-colonal e patriarcal.
O termo (de)colonialismo indica um processo/movimento social total, cuja perpetuação se explica pela persistência das formações sociais resultantes destas sequências. Ou seja, o conceito pretende demonstrar que o racismo, o etnicismo e o sexismo impregnam as relações de dominação mesmo após o fim da colonização e ainda constituem formas estruturantes de discriminação racial.
A introdução do conceito de "género" foi extremamente útil (utilizando o título de um artigo da autora), *Gender a useful category of historical analyses* (1986) porque mostra explicitamente a organização social das relações entre os sexos/géneros em termos de poder. Basta pensar a dificuldade dos historiadores/as ao escreverem a história das mulheres, por estas ficarem invisíveis nas fontes, e por, com frequência, nas publicações oficiais os dados raramente aparecerem discriminados por sexo. Confirma-se, assim, a dominação masculina na sociedade, tal como demonstrou Pierre Bourdieu (1998).
Com esta análise pretendemos verificar se os programas e manuais escolares estão enquadrados nos saberes e conhecimentos da sociedade da segunda década do século XXI e se o ensino da História reflete a modernidade e atualização permanente da historiografia.
Assim, a problemática que nos propomos discutir é se as "aprendizagens essenciais" e os manuais escolares contribuem para genderizar e decolonizar a história, no sentido de dar visibilidade e voz às mulheres e a povos de "raças", etnias e culturas diversas.
Metodologicamente analisámos os manuais escolares (do 10.º ao 12.º ano), desde a Antiguidade Clássica à Época Contemporânea. Para cada módulo confirmaremos a aplicação dos conceitos de genderização e decolonização.

3. Da Antiguidade Clássica aos "Descobrimentos" marítimos

No 10.º ano, o programa inicia-se com o módulo 1 – "Raízes mediterrânicas da civilização europeia - cidade, cidadania, e império na Antiguidade Clássica" (Parte I). Verifica-se uma historiografia eurocêntrica, numa perspetiva linear que começa na Grécia clássica, vista como as raízes de uma cultura ocidental e democrática. De Atenas parte-se para a Roma Imperial, destacando-se que em ambas as civilizações foram os homens políticos e guerreiros que dominaram, havendo referência aos excluídos - as mulheres (que na Grécia estavam recolhidas ao gineceu), aos estrangeiros (metecos, em Atenas) e aos escravos (p. 43).
No sentido da decolonização, os "escravos" deveriam ser apresentados como pessoas escravizadas, vendidas por motivos de guerras ou de dívidas, ficando sujeitos a uma situação não humana.
Relativamente às mulheres releva-se o protótipo sobre a feminilidade na p. 43, doc. 17, "Em busca da beleza". Porém, consideramos que deveriam ser apresentadas as novas conceções culturais, nomeando-se mulheres que se destacaram na escrita, nomeadamente Safo (Séc. VII - VI a.C.), que nasceu na ilha de Lesbos, cuja poesia lírica chegou aos dias de hoje. Também seria de referir Aspásia (470

a.C. - 428 a.C.), que nasceu em Mileto e viveu em Atenas, sendo, portanto, uma meteca. Foi uma sofista descrita na obra de Platão e apreciada por Péricles, com quem teve um relacionamento. Igualmente, no Império Romano, se deveria mencionar a imperatriz Lívia Drusa (58 a.C. - 29 a.C.), mulher de Augusto, e a primeira mulher cuja esfinge foi cunhada em moedas em 16 a.C.
É destacado um documento intitulado "A desigualdade dos sexos", excerto do livro "Política", de Aristóteles, na p 42, doc. C. Seria de, em contraposição, se fazer referência ao livro "A República", de Platão, que defendeu uma maior igualdade entre homens e mulheres e a educação das mulheres.
Nesta época também foi relevante Hipátia de Alexandria (351 a.C. - 415 a.C.). Foi estudiosa nas áreas de filosofia, matemática, medicina e astronomia e a primeira mulher a ter uma biblioteca em seu nome.
Cleópatra (69 a.C. – 30 a.C.), rainha do Egipto antes da colonização romana, tão reportada no cinema e na literatura, está igualmente ausente.
No módulo 2 – "O dinamismo civilizacional da Europa ocidental nos séculos XIII a XIV – espaços, poderes, vivencias" inicia-se o estudo da Idade Média (Parte 2). Relevam-se os "Progressos técnicos na agricultura" (p. 28, doc. 15 A) e no dossiê "Os ofícios da cidade" (pp.34-35). Contudo, nestas imagens dominam os homens a cultivar a terra ou a desempenharem ofícios masculinos, com exceção de uma costureira. Deveria confirmar-se a afirmação de Michelle Perrot de que as mulheres das classes populares sempre trabalharam.
Relativamente à Reconquista cristã, sobre os condados portucalense e o reino de Leão (p.53), não são referidas D. Teresa (à frente do condado portucalense, de 1112 a 1128) e D. Urraca, rainha de Leão, de 1109 a 1126. Deveriam ser incluídas pequenas biografias sobre elas.
No dossiê, sobre "Alcobaça – um senhorio monástico no centro do país" (pp. 72-75), como contraposição na vida conventual seria relevante estar referido o Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, onde se viria a recolher D. Isabel de Aragão, rainha de Portugal entre 1282 e 1325, que foi Paço, Mosteiro e Hospital e que, mais tarde, albergou D. Inês de Castro.
Por outro lado, há uma representação de iluminura sobre o casamento de D. Filipa de Lencastre e D. João I, na p. 111. Esta rainha estrangeira, letrada, culta, conhecedora do latim e da literatura, mãe da "Ínclita Geração", merecia ser apresentada com uma pequena biografia.
Sobre a cultura leiga e profana nas cortes régias e senhoriais (p. 141), falta mencionar Christine de Pisan (1363-1430), poetisa e filósofa, que escreveu "A cidade das mulheres", entre 1404-1405, considerado por Simone de Beauvoir o primeiro o livro onde se abordam as desigualdades das mulheres, e incluir também uma pequena biografia.
No dossiê, "Silves – a reconquista de uma cidade do Al-Gharb al-Andalus" (pp. 58-59), notamos que após a Reconquista não há referências às culturas muçulmana e judaica que permanecem no reino português.
O módulo 3 aborda "A abertura europeia ao mundo – mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI" (Parte 3). No texto intitulado "Da África à América (p. 31) está escrito: "Nos mercados, os escravos viram-se reduzidos à condição de homens-objeto... A peça correspondia a um negro". Falta a explicação de que homens, mulheres e crianças, pessoas escravizadas, eram consideradas não humanas, tendo sido reduzidas à escravidão pelo colonialismo e capitalismo europeu.
Na p. 58, doc. 8, "O antropocentrismo renascentista", o texto é ilustrado com "A criação de Adão", fresco de Miguel Ângelo na capela Sistina, centrado no homem/racional (como medida de todas as coisas). Para o conceito de antropocentrismo não há anotação da exclusão da mulher, que assim continua invisível.
Relativamente à arte Renascentista, na pintura, mantêm-se só os artistas homens. Contudo, existiram mulheres, já "recuperadas" pela história de arte que deveriam ser referidas como, por exemplo, Sofonisba Anguissola, Artemisia Gentileschi, Lavinia Fontana e Catarina van Hemessen.
Este módulo levanta-nos várias indagações em que se insere o conceito "(de)colonizar". Utiliza-se o termo clássico de "Expansão/Descobrimentos marítimos" (p. 25). Consideramos que se deveriam usar outros temas/termos como "Viagens marítimas e colonização europeia", já que política e economicamente é disso que se trata. Antes desta abordagem seria de referir que os continentes da América, África e Ásia já eram habitados, neles existindo povos, culturas, religiões.
Centremo-nos no dossiê intitulado "A globalização nos séculos XV e XVI" (pp. 48-50). Do que se trata efetivamente é do inicio de um colonialismo comercial/imperialismo europeu e da acumulação de capitais, que das periferias do mundo chegavam ao centro, a Europa, como explicou Immanuel Wallenstein.
Ora, no ponto "O encontro de culturas e as dificuldades de aceitação do princípio da unidade do género humano" (p. 147), escreve-se: "As descobertas marítimas trouxeram um novo significado às relações entre os povos e à conceção de humanidade". Não será que a humanidade que se pretende abordar é a da "civilização", considerando-se o dever de evangelizar e civilizar os outros povos, vistos como "bárbaros"?

É também referido, que “nos relatos antropológicos descreve-se e interpreta-se essa diferença”, o que se insere nos estudos antropométricos do séc. XIX. O estudo do “outro”, não europeu, que era considerado inferior. É necessário explorar esta questão da época sobre a dúvida da humanidade de outras “raças”.
Sobre a questão da miscigenação, na p.155, é preciso desmistificar este conceito. A aculturação foi a dominação que levou à violência sobre as mulheres, utilizadas como reprodutoras, um objetivo do Império, da nação, na tentativa de impor a cultura dominadora europeia.

4. DO ILUMINISMO ÀS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

No 11.º ano, começa-se o estudo com o módulo 4 – “A Europa nos séculos XVII e XVIII – sociedade, poder e dinâmicas coloniais” (Parte I)
Tendo em conta o conceito de genderização, constatamos que ao explorar-se o Convento, Palácio e Igreja de Mafra (pp. 44 a 47)**,** faria todo o sentido a abordagem à obra de José Saramago, “Memorial do Convento”, com a sua personagem central, Blimunda Sete Luas, e inserir-se um pequeno excerto do livro.
Relativamente aos filósofos iluministas, comecemos pelo ponto “Locke e a justificação do parlamentarismo”, de 1690 (p. 51), texto onde se defende que os “os homens nascem livres, iguais e autónomos” e só do seu consentimento pode brotar um poder a que obedeçam. Seria de fazer referência à exclusão das mulheres pelo filósofo.
Outro exemplo é o de Jean Jacques Rousseau, com o texto “Ideias fundamentais do pensamento iluminista” inserido no doc. 8 (p. 118). Todo o pensamento está centrado nos homens, a educação formal pretende-se masculina, como o exemplo de Émile. Para as mulheres e as crianças ficava a educação moral.
É referido que nos séculos XVII e XVIII a Europa entra claramente na era do capitalismo comercial (p.59). Deve-se renovar a ideia que leva à dominação/exploração do trabalho dos povos autóctones, aproveitamento da flora e das riquezas naturais dessas regiões. Para mais, é acrescentado: “Esta dinâmica económica impulsionou a colonização da América, continente vasto e, até aí, subaproveitado, que adquire, então, um lugar de destaque nos circuitos comerciais europeus”. É de se salientar que esta é a perspetiva europeia. Os bens da América são integrados no circuito do capitalismo comercial europeu e a população “indígena” (termo inventado pelos europeus) subjugada.
Ainda sobre pensadores/as falta referir Anne Conway, (Anne Finch) (1631-1679), filósofa inglesa, de tradição platónica e que vai influenciar Leibniz.
Sobre o Iluminismo em Portugal (p. 130), dever-se-ia referir D. Leonor de Almeida, Marquesa de Alorna (1750-1838), “Alcipe” como nome arcadiano, e também introduzir um pequeno excerto do livro “As Luzes de Leonor”, de Maria Teresa Horta.
Na p. 77, sobre “O alargamento do mercado externo” encontramos a afirmação: “No Oriente, quer as responsabilidades da conquista quer os direitos de comércio foram transferidos para a Companhia das Índias Orientais, que se mostrou à altura da sua missão”. Ora, essa “missão” foi dominadora e colonizadora. Também não há referência ao comércio que realizavam os povos autóctones no médio oriente, com a África e a Ásia, antes das conquistas pelos Europeus.
No módulo 5 – “O liberalismo – ideologia e Revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX” (Parte 2), está referenciada “A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, aprovada em 26 de agosto de 1789 (p. 22), que refere que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”. Enumeram-se: “liberdade, propriedade, segurança e a resistência à opressão”, na sequência da defesa dos filósofos iluministas.
Dever-se-ia colocar, em seguida “A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de Olympe de Gouges (1791), texto que era para ser adotado como complemento ao texto constitucional.
Sobre o Código Civil, promulgado por Napoleão, em 1804 (p. 35), não se referem as suas consequências nefastas para as mulheres na Europa e colónias, nomeadamente a menorização das mulheres casadas relativamente ao “chefe de família” masculino.
Relativamente à resistência ao liberalismo em Portugal e à guerra civil (p. 83), pode referir-se que as mulheres não estiveram ausentes na luta contra o absolutismo, como demonstra a baronesa Eugénia Cândida da Fonseca da Silva Mendes (nasceu. em Nelas), que auxiliou os liberais com avultadas quantias entre 1826 e 1828, o que a levaria à prisão, enquanto reinou D. Miguel.
Ainda em Portugal, na p. 101 aborda-se a cidadania, mas não são mencionados os critérios para a inclusão nela, que passavam pelo género, “raça” e classe.
No texto “Abolição da escravatura nos Estados Unidos da América”, em 1869 (p. 115), falta dizer que os proprietários das pessoas escravizadas foram indemnizados e que a escravatura é, sem dúvida, atualmente, o motivo da perpetuação do racismo e do neocolonialismo.

Numa perspetiva intersecional seria de se inserirem as mulheres afro- americanas abolicionistas e feministas, como Soujourner Truth (1797-1883), com o seu célebre discurso: "E não sou uma mulher?", Harriet A. Jacobs, (1813?-1897), que escreveu "Vida de uma escrava" e Harriet Tubman (1882-1913).
O módulo 6, abarca "A civilização industrial – economia e sociedade; nacionalismos e choques imperialistas" (Parte 3). Relativamente ao doc. 17, "A formação académica, entre 1889/1919" (p. 62) era importante referir que a primeira mulher advogada em França, em 6 de dezembro de 1900, foi Sonia Olga Balachowsky-Petit (1870-1965). Em Portugal, a primeira advogada foi Regina Quintanilha, em 1913; e a primeira médica foi Elisa Augusta da Conceição Andrade, em 1889.
Relativamente às condições de vida das mulheres das classes trabalhadoras, no manual apresenta-se uma gravura de 1875, referindo-se que as mulheres "costuram sacos à noite" no East End de Londres e que, ao final do dia, muitas realizavam outras tarefas para fora (costurar, passar a ferro, lavar roupa) para "ajudar no orçamento familiar" (p. 68). O termo "ajudar" deve ser substituído por "aumentar", porque "ajudar" remete para o trabalho auxiliar masculino, o que conduz a menorizar o trabalho feminino.
No dossiê sobre a sociedade vista por artistas e escritores, final dos anos 70 e princípio dos anos 80 (pp. 70-71), só surgem homens artistas. Dever-se-ia mencionar igualmente as artistas, como Berthe Morisot; Mary Cassat; Eva Gonzalez ou Marie Bracquemond.
Na p. 77, há uma referência ao marxismo, com uma pequena biografia de Marx. Poderia constar a fotografia conhecida de Marx e Engels, com as filhas Jeny, Laura e Eleanor, uma vez que as duas mais novas tiveram um papel de destaque na Comuna de Paris.
Sobre o texto "A questão colonial e o Ultimato Britânico" (p. 115), era de inseri-lo num contexto nacionalista, colonialista e imperialista da partilha do mundo em África, com a Conferência de Berlim.
Sobre a República (doc. 24, p. 122), é de mencionar que só são retratados homens, mas, paradigmaticamente a República e a Liberdade, são representadas com corpos de mulher. Na rubrica "É curioso saber" (p. 123), só há uma menção ao fundo da página sobre Carolina Beatriz Ângelo. Esta mulher merecia estar inserida na rubrica "Personalidades", por ter sido das primeiras mulheres a votar na Europa.
Também Madame Curie, consta de uma biografia (p. 133), mas parece surgir mais como curiosidade do que como uma personalidade. Na ciência outras mulheres mereciam destaque; Mary Fairfax Somerville (escocesa), realizou experiências em magnetismo; Ada Lovelace (inglesa), destacou-se na matemática e Maria Mitche foi a primeira mulher membro da Academia de Artes e Ciências dos Estados Unidos.
Sobre o realismo e impressionismo (pp. 142-143), só se destacam duas mulheres, Berthe Morisot, num retrato de 1881, e Jean Delville, num retrato de Madame Stuart Merril, de 1892. Seria fundamental inserir a escultora Camille Caudel e uma biografia.

5. DAS MUTAÇÕES CULTURAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX AO MUNDO ATUAL

No 12.º ano, o módulo 7, aborda as "Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX" (Parte I). Relativamente à Revolução Russa de Outubro de 1917, não são focadas as medidas que foram tomadas muito relevantes para as mulheres, sobre a educação, o divórcio e o aborto, nem é mencionado o papel importante de Alexandra Kollontai. Na p. 40, o doc. 24: "O levantamento espartiquista na Alemanha", insere uma imagem de Rosa Luxemburgo a discursar em Estugarda, o que deveria constituir uma razão para constar entre as personalidades.
O mundo da arte, do fauvismo ao surrealismo (pp. 58-84), continua a ser abordado no masculino, só sendo apresentada a artista Natalia Goncharova.
Na rubrica "Rostos da arte" (p. 83), poder-se-ia dar a conhecer várias artistas como Sonia Delaunay, Sarah Afonso, Ofélia Marques, Maria Helena Vieira da Silva, Paula Rego, Graça Morais, entre outras.
Ao fazer-se referência à Guerra Civil espanhola (1936-1939), nas pp.194-201, não se dá a conhecer a fotógrafa Gerda Taro, que nela faleceu num acidente, e que em conjunto com Robert Capa a cobriam fotograficamente. Notamos, igualmente, que não há referência às mulheres que combateram do lado dos republicanos (e foram várias, referidas, por exemplo, no livro "Por quem os sinos dobram", de Ernest Hemingway.
Verificamos, também, que sobre pessoas que se destacaram na Segunda Guerra Mundial, entre as personalidades (p. 156), falta a referência a Aristides de Sousa Mendes, cônsul em Bordéus que concedeu milhares de vistos a judeus para entrarem em Portugal, salvando-os nos campos de concentração nazis. Recentemente, em Cabanas de Viriato, foi inaugurada a Casa do Passal (onde o diplomata viveu a sua infância) – Museu Aristides de Sousa Mendes, em sua homenagem.
Numa referência à Exposição do Mundo Português, em 1940 (p. 186), deve ser relevado que se trata de um projeto cultural do colonialismo, contextualizando os conceitos de Império/ Colonialismo. Já a

Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934, mostrava os povos africanos como "exóticos", adjetivo pejorativo, com o sentido de os menorizar pela comparação com os europeus.
O módulo 8, enquadra "Portugal e o mundo da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 80 – opções internas e contexto internacional" (Parte 2). Quando é mencionado a fundação do Estado-Providência (p. 48), falta referir, principalmente para o norte da Europa, a saúde e a segurança social para as mulheres trabalhadoras, com as políticas de maternidade, consultas pré-natais e infantis, bem como a escolaridade.
Sobre a situação rural, em Portugal, no documento da p. 88, com o título "Pobreza e isolamento", junto com a fotografia "Vindimas no Douro na década de 50", de Artur Pastor, seria de incluir igualmente uma fotografia de Maria Lamas acompanhada de um excerto da obra "As mulheres do meu país". Também se deveria colocar uma pequena biografia sobre a escritora e inseri-la entre as personalidades.
De valorizar que o doc. E ("Três Marias em julgamento"), sobre a publicação do livro "Novas Cartas Portuguesas" de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (p. 97) tem a autoria da investigadora Manuela Tavares. No entanto, seria importante ir à fonte e colocar um excerto do livro para os/as estudantes tomarem conhecimento da obra.
Verificamos que durante a ditadura do Estado Novo, não há referência às prisões políticas, à repressão, ao campo de concentração do Tarrafal. Também se poderiam inserir excertos dos livros das resistentes antifascistas Helena Pato ("A noite mais longa de todas as noites") e/ou Margarida Tengarrinha ("Quadros da Memória").
Sobre "a luta armada" (pp. 80- 83), é de frisar a questão da descolonização nos "países do sul", decolonização e do neocolonialismo. Existiam estados e etnias africanas pré-coloniais. Os novos países após a descolonização são grandemente desenhados pelos europeus, o que contribuirá para as guerras civis e conflitos internos que se seguirão.
Relativamente ao texto sobre "A Luta Armada" (p. 109), a Guerra Colonial/ou Guerras de Libertação (na perspetiva dos africanos colonizados), seria de mencionar a Casa dos Estudantes do Império em Lisboa, que funcionou de 1944 a 1965, altura em que foi encerrada, e por onde passaram vultos dos movimentos de libertação. Igualmente, seria sempre de frisar, para além dos homens exilados, os militares portugueses refratários e desertores, recorrendo ao livro da jornalista Sofia Branco, "As mulheres e a Guerra Colonial", colocando um pequeno excerto.
O módulo 9 trata de "Alterações geoestratégicas, tensões políticas e transformações socioculturais no mundo atual".
Margareth Thatcher, que foi primeira-ministra da Grã-Bretanha entre 1979 e 1987, é incluída na p. 71, com uma biografia, também surgindo entre as Personalidades, na p. 119 (Parte 3). Porém, outras mulheres destacadas na atualidade também deviam estar contempladas nessa rubrica: a diretora do FMI desde 2019, Kristalina Georgieva (búlgara); a presidente da Comissão Europeia desde 2019, Ursula von der Leyen (alemã), atualmente a cumprir o segundo mandato desde Abril 2024; a Presidente do Parlamento Europeu desde 2022, Roberta Metsola (maltesa); a presidente do Banco Central Europeu desde 2019, Christine Lagarde (francesa); e a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS), sediado em Xangai, Dilma Rousseff (Brasil), desde 2023.
Na p. 85 refere-se que "O multilateralismo constitui-se como um veículo global para abordar os complexos desafios do nosso tempo". Não deverá ser antes um esforço por parte das organizações internacionais para o interculturalismo, no sentido que permita uma ligação de culturas em igualdade, sem a existência de um só polo, que valoriza a dominação ocidental?
Sobre as relações entre Portugal, os países lusófonos e a área ibero-americana faltam os nomes de quem participou nas cimeiras (p. 139), sendo que Portugal fica destacado em duas imagens na p. 140, na figura do seu chefe de Estado.
Analisando este último manual verifica-se que as personagens que governam o mundo e estão presentes nas cimeiras são homens. Também a ciência e a tecnologia parecem ser áreas só masculinas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo História A uma disciplina obrigatória da área das Ciências Sociais e Humanas, que deverá permitir um conhecimento global dos povos, civilizações e culturas, o programa deveria iniciar-se com uma breve introdução da história do mundo, antes da colonização pelos europeus no século XV, fazendo-se referência a povos que viviam em África e na América, com o objetivo de nos descentrarmos da Europa e mostrar a existência de vários polos, sem centro ou margens, de forma científica e rigorosa.

Verificámos que as “Aprendizagens Essenciais” da disciplina, de que os manuais são um reflexo, continuam centradas na história ocidental, em que os homens continuam e ser predominantes. Esta constatação verifica-se, como demonstrámos, em relação à política, à sociedade, nas ciências, artes e literatura, onde excecionalmente são incluídas mulheres consideradas mais relevantes.
Também relativamente a povos de origem não europeia, urge alterar alguns termos e conceitos. Como referimos: pessoas escravizadas, racializadas e etnias. De frisar ainda que com as revoluções liberais, a cidadania e o sufrágio censitário e universal, apenas incluiu os homens, excluindo as mulheres até ao final do século XX.
As mulheres continuam, assim, sub-representadas nas biografias e na rubrica personalidades, faltando excertos de textos escritos por elas, logo mantendo-se a lógica do predomínio do género masculino.
Verificamos que a bibliografia utilizada dos manuais não é atual, só ocorrendo pequenas exceções, focando-se essencialmente nos anos 90, do séc. XX.
Podemos dizer que há seleção de documentos e de textos, mas poderá fazer-se uma história a partir das novas investigações, em que se insiram conceitos e conceções atualizadas. Daí que urge mudar reescrever a história total das sociedades, tomando o princípio da Escola dos Annales, económica, política, das mentalidades, cultural, para genderizar e decolonizar a História.
Consideramos que só repensando os temas programáticos, dando visibilidade às mulheres e aos povos de todos os continentes, com as suas civilizações e culturas, ao longo do tempo, e sendo explicados nos contextos precisos em que ocorreram, se pode contribuir para um estudo crítico, objetivo e para um ensino mais democrático e sem exclusões. Só assim a igualdade pode abranger o “outro/a”, o/a diferente, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Aprendizagens Essenciais da disciplina de História do ensino secundário, 2022.
Lei de Bases do Sistema Educativo, 1986
Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, 2017.
Rosas, M, & Couto, C. & Jesus, E, (2021, 2022, 2023), *Entre Tempos, História A 10.º, 11.º ,12.º anos*, Porto Editora.

BIBLIOGRAFIA

Baptista, V. (1999), As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal- Realidades e Representações 1890-1940.
Barreno, M. (1985), *O Falso Neutro*, edições Rolim.
Bloch, M. (2010), *Introdução À História*, Europa-América.
Branco, S. (2015), *As Mulheres e a Guerra Colonial*, edições Colibri.
Bourdieu, P. (1998), *La domination masculine*, Paris, Seuil, 1998.
Castelo, C. & Bandeira, M. (2017), (Org.), Casa dos Estudantes do Império, edições 70.
Davis, A. (1983), *Women, Race and Class*, Vintage Books.
Dawson, H., The Peguin Book of Feminist Writing, Penguin Random House.
Ekeh, P. (1983), *Colonialism and social structure*, Ibadan University Press.
Henriques, I. (2019), *A Descolonização da História. Portugal, a África e a desconstrução de mitos historiográficos*, Caleidoscópio.
Henriques, J. (2018), *Racismo no país dos brandos costumes*, Tinta da China.
hooks, b. (2023), *Irmãs do Inhame*, Ed. WMF Martins Fontes.
hooks, b. (2020), *Teoria Feminista*, Orfeu Negro.
Gouges, O. (2010), *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã*, Editora Nova Delphy.
Lamas, M. (2002), *As Mulheres do Meu País*, Editorial Caminho.
Lugones, M. (2024, *Hacia un feminismo decolonial*, Eterna Cadencia editora.
Mattoso, J.(1988), *A Escrita da História. Teoría e Métodos*, Editorial Estampa.
Pato, H. 2018, *A Noite mais longa de todas as noites*, Colibri.
Perrot, M. (2019*), Minha história das mulheres*, editorial contexto.
Pimentel, I. & Melo, H., Mulheres Portuguesas (2015), Clube do autor
Perrot, M. (2021), *Os Excluídos da História*, ed. Paz & Guerra.
Rosas, F. & Louçã, F. & Lopes, J.& Peniche, A.& Trindade, L.& Cardina, M. (2020), *O Século XX Português*, Tinta da China.
Scott, J. (1986), *Gender: a useful category of historical analysis*, Oxford University Press. 91 (5), 1053-1075.
Tengarrinha, M. (2004), *Quadros da Memória*, Edições Avante.
Woolf, V.(1996) *Um quarto que seja seu*, Vega.

Vergès, F. (2023), *Um feminismo decolonial*, Orfeu Negro.
Vergès, F.(2024), *Decolonizar o Museu*, Orfeu Negro.
Wollstonecraft, M.(2017), *Uma vindicação dos direitos da Mulher*, Antígona.